

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO: INICIATIVA PARTICULAR (1920-1940).

Marcelo Pereira Rocha. cucuruti@bol.com.br
Regina Tereza Cestari de Oliveira. reginacestari@hotmail.com

RESUMO: Esta pesquisa, em andamento, está inserida no projeto integrado “As Instituições Escolares no Sul do Estado de Mato Grosso: gênese, implantação e consolidação (1920 -1940)”, busca compreender o processo histórico de implantação e consolidação das instituições escolares, no âmbito das políticas educacionais, no sul do estado de Mato Grosso. Objetiva-se, aqui, analisar, o processo de implantação do ensino secundário, isto é, do Ginásio Osvaldo Cruz. O recorte cronológico justifica-se pelo fato de que em 1927 foi criado o Instituto Osvaldo Cruz e em 1944, o curso ginásial foi reconhecido por Decreto Federal. O estudo baseia-se em fontes primárias constituídas por leis, regulamentos, mensagens presidenciais, relatórios levantados em arquivos públicos e particulares e atas da Câmara Municipal de Campo Grande, assim como jornais da época. Na Primeira República, o ensino secundário passou por várias reformas, em âmbito nacional, favorecendo a formação da elite dirigente, na medida em que era entendido como mecanismo de ascensão social. Em 1918, foi construído o prédio do Ginásio, para ser um armazém de produtos secos e molhados, sendo adaptado em 1927. Na gestão de Henrique Corrêa, em 1929, realizaram-se os primeiros exames de admissão, sob fiscalização de inspetor federal. Em 1933, o sindicato dos professores assumiu o estabelecimento e no ano seguinte foi adquirido pelo professor Enzo Ciantelli. Em 1939, a instituição possibilitava aos jovens da cidade de Campo Grande o regime de internato para o sexo masculino e de externato para ambos os sexos, com predominância masculina, nos três turnos. O Ginásio foi vendido, no início da década de 1940 para José Fragelli e Wilson Barbosa Martins e em 1942 foi adquirido pelo professor Luís Alexandre. Os resultados parciais mostram que: a política educacional mato-grossense do período estava voltada para a implantação da educação primária, tendo como referência à reforma paulista. O ensino na região Sul começou com a ação da iniciativa privada, diante da ausência de ginásios públicos, ou seja, o Colégio Osvaldo Cruz (1927) – setor privado – e o Ginásio Municipal Dom Bosco (1930) – setor confessional-católico –, no ambiente de modernização e aumento populacional dessa região; até o final da década de 1930, a iniciativa particular predominou na oferta do ensino secundário.

Palavras-chave: Política educacional; Instituições escolares, Ensino Secundário.

Introdução

Esta pesquisa, em andamento, está inserida no projeto integrado “As Instituições Escolares no Sul do Estado de Mato Grosso: gênese, implantação e consolidação (1920-1940)”, que busca compreender o processo histórico de implantação e consolidação das instituições escolares, no âmbito das políticas educacionais, na região Sul do estado de Mato Grosso, entendendo que essas instituições expressam relações sociais de determinado contexto, assim como visões de mundo. É importante ressaltar que o estado de Mato Grosso foi desmembrado em 1977, criando-se o estado de Mato Grosso do Sul (MS), o que justifica o recorte espacial.

O objetivo deste texto é analisar o processo de implantação e consolidação do ensino secundário em Campo Grande¹, o que requer tratar do Ginásio Osvaldo Cruz, no período compreendido entre sua implantação (1927) até a consolidação do curso ginásial em 1944.

O estudo baseia-se em fontes primárias constituídas por: leis, regulamentos, mensagens presidenciais encaminhadas à Assembléia Legislativa do estado, relatórios, ofícios, jornais da época, levantados em arquivos públicos e particulares, além de atas da Câmara Municipal de Campo Grande.

Contextualização

Cabe mencionar inicialmente que com a Proclamação da República, em 1889, o Brasil não teve mudanças significativas, mas apenas a alteração da estrutura política. Em outras palavras, substituiu-se o regime monárquico pelo republicano. Desta forma, pouco mudou no sistema de sustentação da estrutura do poder político, no decorrer da Primeira República que se iniciou em 1889 e prolongou-se até 1930, como se pode verificar a seguir:

Ainda na década de 1920 e da perspectiva da dimensão política, a sociedade brasileira republicana apresenta-se como domínio de bases aparentemente sólidas, a julgar pelo modo com que continuam a se encaminhar os acontecimentos e as soluções de natureza política. Algumas alterações de importância secundária ocorreram

¹ Campo Grande, município localizado geograficamente na região central de Mato Grosso do Sul, foi criado pela Resolução nº 225, de 26 de agosto de 1899. A elevação da vila à categoria de cidade deu-se no ano de 1918, de acordo com a Lei estadual nº. 772, de 16 de julho. Com a divisão do Estado de Mato Grosso, em 11 de outubro de 1977 e a instalação do governo estadual de Mato Grosso do Sul, o município tornou-se a capital do novo estado, com uma área de 8.096 Km². Sua população atingiu, em 2007, um total de 724.524 habitantes, segundo o IBGE (Disponível em [www. ibge.br](http://www.ibge.br) . Acesso em jul. 2008).

anteriormente, do ponto de vista da ordem legal; contudo, mesmo sob este aspecto, o Estado brasileiro, no período, preserva-se com a permanência dos tradicionais imperativos (NAGLE, 2001, p. 9).

No decorrer da Primeira República, a industrialização era a grande esperança para se superar a arcaica economia imperial brasileira. No entanto, predominou o sistema econômico do Império, a exemplo da política que se delongou até 1930, mudando apenas o produto de exportação, ou seja, de cana-de-açúcar para o café. A exportação do café era defendida arduamente pelos ruralistas, pois a alteração do sistema econômico agro-exportador pelo industrial estava diretamente associada à saída dos grandes fazendeiros do poder político.

A década de 1920, no que diz respeito ao fator econômico, constituiu a fase de instalação do capitalismo no Brasil, pois foi nesse período que o sistema econômico de tipo colonial, baseado no sistema agrário-comercial começou a ser substituído por outro mais autônomo, urbano-industrial (NAGLE, 2001, p. 21).

Os imigrantes, quando se observa o setor social, foram importantes, pois estes contribuíram com a alteração do mercado de trabalho e das relações trabalhistas e favoreceram a transitoriedade do artesanal para o industrial, atraídos pelos novos núcleos urbanos. (NAGLE, 2001, p. 37-38).

Nesse contexto, a educação assumiu um papel de destaque, uma vez que a escolarização era considerada um problema vital, sendo entendida como condição necessária ao encaminhamento adequado aos demais problemas da nacionalidade e ao novo modelo de sociedade que se almejava construir. Nos termos de Nagle (2001, p. 146),

[...] Diante das modificações setoriais, da efervescência ideológica e dos movimentos político-sociais, a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora do progresso da sociedade.

O advento da República e o espírito de renovação motivaram as mudanças nas instituições do velho sistema monárquico, ou seja, os republicanos reformaram o ensino primário e secundário com o objetivo de superar o atraso educacional. Esta nova forma de governo, no que diz respeito à educação, pretendia superar a tradicional pedagogia jesuítica e humanista, ainda arraigada na educação brasileira, com um currículo literário baseada nos estudos dos clássicos da Filosofia e da Literatura. Portanto, reformas foram sendo implantadas com a intenção de modernizar o país, por meio da instrução e ser moderno era corresponder com o ideal liberal.

A Constituição de 1891 sustenta a idéia originada no Império, ou seja, afirma que a responsabilidade da instrução pública elementar era dos Estados Federados, cabendo à União, segundo o art. 35:

- 2º Animar, no paiz, o desenvolvimento das lettras, artes e sciencias, bem como a immigração, a agricultura, a industria e o commercio, sem privilegios que tolham a acção dos governos locaes;
- 3º Criar instituições de ensino superior e secundario nos Estados;
- 4º Prover á instrucção secundaria no Districto Federal (BRASIL, 1891, p. 8).

Outro ponto relevante, segundo Cury (1996, p. 73-75), é a laicização do ensino, ou seja, com a separação entre a Igreja e o Estado os estabelecimentos de instrução não seriam mais obrigados a seguir uma determinada religião. A vertente católica no legislativo nem pode reagir, pois a “maioria dos constituintes defendiam as posições próprias do liberalismo” Estes pretendiam um Estado disseminador da educação pública, gratuita e obrigatória, mas o que se percebe nos anos decorrentes da República é a discordância dos propósitos, quer dizer, mesmo as instituições públicas, neste período, eram pagas e a custos altíssimos. Sobre a obrigatoriedade resumia-se à instrução primária, sendo que os responsáveis que não matriculassem seus filhos em fase de estudo seriam punidos legalmente.

O Ensino Secundário no Brasil

Nesse contexto, a primeira reforma Republicana foi apresentada, ao então presidente da República Manoel Deodoro da Fonseca (1889-1891), pelo ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1889-1891), Benjamin Constant, por meio do Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Este Decreto introduziria o exame de madureza, por grupos de disciplinas, substituindo os exames parcelados preparatórios, no sentido de verificar a cultura intelectual dos alunos e de sua habilitação para os cursos superiores, sendo a equiparação concedida apenas aos estabelecimentos organizados pelos estados. Assim, “[...] o exame de madureza é propriamente o instrumento com que o Governo Federal espera obter a melhoria de todo o ensino secundário” (NAGLE, 2001, p. 188).

Apesar de serem idéias novas, esta reforma não foi aplicada sendo substituída por “sub-reformas” até o governo promulgar a segunda reforma republicana pelo Decreto nº 3.890 em 1º de janeiro de 1901, na gestão do ministro Epiácio Pessoa (1898-1901), no governo de Manuel Ferraz de Campos Salles (1898 - 1902). Este

Decreto além de consolidar o regime de equiparação amplia-o, em relação ao Decreto nº 981, aos estabelecimentos estaduais, municipais e particulares. É este que programa a implantação do regime de estudos seriados, ou seja, do curso ginásial, tendo como base o exame de madureza, em substituição aos exames parcelados de preparatório. (NAGLE, 2001, p. 188).

Assim, apesar de o exame de madureza continuar com a tarefa de elevar o nível dos estudos, é a equiparação generalizada que se impõe como mecanismo de atuação do poder central. Em conseqüência, o Ginásio Nacional² assumiu a função modeladora de todos os estabelecimentos secundários, públicos e privados (NAGLE, 2001, p. 188-189).

No entanto, a reforma Epitácio Pessoa não conseguiu implantar o curso seriado, uma vez que os exames preparatórios foram adiados para 1904 e, conseqüentemente, prorrogados até 1908. Nos termos de Nagle (2001, p. 189): “Avisos e ofícios incongruentes desvirtuam os dispositivos da lei, fazendo-se necessária uma nova reforma”.

Em 5 de abril de 1911 foi aprovado o Decreto nº 8.659, com base na proposta do Ministro Rivadávia Correa (1910-1913), ou seja, a terceira reforma da República no governo Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914), que revogou as medidas oficializadoras do Código Epitácio Pessoa. Esta reforma,

[...] elimina os privilégios escolares, representados, no âmbito do ensino secundário, pelas cartas de bacharel e pelos certificados de exames ginásiais ou de preparatórios, conferidos, até então, pelo Ginásio Nacional e estabelecimentos equiparados para que os estudantes tivessem condição legal de ingresso nas escolas superiores. Institui, em conseqüência, o exame de admissão ao ensino superior – ‘exame de entrada – independente de apresentação de qualquer certificado ou atestado de estudos secundários’ (NAGLE, 2001, p. 189).

Com isso, desapareceu a necessidade de um curso secundário modelo, papel que o Ginásio Nacional vinha exercendo. “O ensino oficial, uniforme, do sistema de 1901, cedeu lugar, então a um ensino livre, diversificado e flexível, a realizar-se em estabelecimento autônomos” (NAGLE, 2001, p. 189).

A quarta reforma do período, consubstanciada pelo Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, na presidência de Wenceslau Braz Pereira Gomes (1914-1918), durou

² Trata-se do Colégio Pedro II, pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837, na cidade do Rio de Janeiro. (BRASIL, Decreto, 1837).

10 anos e reintroduziu a tarefa disciplinadora e aperfeiçoadora do governo federal na instrução secundária. “De modo particular, reintegra o Colégio Pedro II na sua função de estabelecimento-modelo, voltando-se mesmo para mecanismos antes adotados” (NAGLE, 2001, p. 190).

Em 1925, o Decreto nº 16.782, elaborado no período presidencial de Arthur Bernardes (1922 – 1926), na gestão do ministro João Luís Alves (1922-1926) estabeleceu que “A seriação obrigatória pode ser considerada como uma das notas principais das disposições do Decreto nº 16.782-A, na parte relativa à escola secundária” (NAGLE, 2001, p. 195). É com a reforma de 1925 que se percebe a passagem dos estudos fragmentados para os seriados. “Reconhece-se, então, que o ensino secundário deve constituir um empreendimento essencialmente público, competindo ao Estado, à responsabilidade de garantir à clientela procedente da escola primária o acesso ao curso ginasial” (NAGLE, 2001, p. 202).

Com a “Revolução de 1930”, assumiu a presidência Getúlio Vargas, que governou o país no período de 1930 a 1945. Segundo Xavier, Ribeiro e Noronha (1994, p. 154): “Do movimento revolucionário de 30 saíram vitoriosos os segmentos sociais não ligados à exportação.” Em seu governo foi criado em 14 de novembro de 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Neste período, foi instituída a Reforma encaminhada pelo ministro Francisco Campos (1930 – 1932), pelo Decreto nº 21.241, em 4 de abril de 1932. Esta legislação dividiu o ensino secundário em dois ciclos, são eles: o fundamental e o complementar. No primeiro eram oferecidas as disciplinas necessárias para a formação, o complementar, por sua vez, era mais voltado para preparar os estudantes que pretendessem entrar no ensino superior.

Segundo Zotti (2004, p. 105 e 106), a Reforma Francisco Campos, por um lado, proporcionou, ainda, um melhor equilíbrio entre as disciplinas humanísticas e científicas. Por outro lado, esta Reforma não levava em consideração as peculiaridades regionais, isto é, os elaboradores estavam mais preocupados em controlar os programas que constituíam as disciplinas do que criar condições de sua aplicação.

Vale lembrar que na Reforma do ministro Rocha Vaz somente os estabelecimentos públicos poderiam ser equiparados, deixando a iniciativa particular sem a possibilidade de validação do certificado de seus estudantes (BRASIL, 1925, p. 81, Art. 268). Porém, na Reforma Francisco Campos, além da equiparação, era

necessário o reconhecimento oficial para esta oficialização do certificado. E segundo o Decreto nº 21.241 de 1932, no seu artigo 50:

Serão oficialmente reconhecidos para o efeito de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos neles regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por Governo estadual, municipalidade, associação ou particular (BRASIL, 1932, s/p, Art. 50).

Ainda na década de 1930 o Brasil reformou sua Constituição por duas vezes, sendo a primeira promulgada em 1934. A lei maior não chamou a responsabilidade da educação nacional para si, isto é, o Governo Central se limitava a “animar” a cultura geral da população (BRASIL, 1934, s/p, Art. 148). A segunda Constituição, outorgada em 1937, no período denominado “Estado Novo” (1937-1945), por sua vez, retirou qualquer tipo de obstáculo para a abertura de instituições de iniciativa particular.

A segunda reforma educacional no governo de Getúlio Vargas foi apresentada pelo ministro Gustavo Capanema Filho (1934 – 1945) em 9 de abril de 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.244, instituindo as bases da organização do ensino secundário no Brasil e seu primeiro artigo destaca a finalidade deste grau: “1) Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes, 2) Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística, e 3) Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial” (BRASIL, 1942, p. 20).

A partir desta legislação há uma preocupação, pelo menos, expressa em lei, em formar os estudantes do ensino secundário como continuidade do ensino primário. Esta reforma mantém a formação fundamental, semelhante à anterior, mas no que diz respeito, a formação complementar há uma subdivisão, isto é, em: clássica ou científica.

Sendo assim, os estabelecimentos de ensino secundário foram enquadrados em dois tipos (ginasial ou colegial). O primeiro somente atendia a formação fundamental, o colegial, por sua vez, oferecia tanto o fundamental quanto o complementar. A Reforma Capanema vai considerar importante instruir os estudantes em instituições ou, se for o caso, em salas separadas por sexo, com currículos diferenciados (BRASIL, 1942, p. 21, Arts. 5, 6, 7 e 8).

Conforme Zotti (2004, p. 109) a Reforma Capanema diferencia-se da Reforma Francisco Campos, quando subdivide o colegial em clássico e científico, mas o objetivo propedêutico é semelhante, sendo assim: “O primeiro acentuou o estudo das letras e o

segundo o estudo das ciências, mas ambos tinham o mesmo objetivo: preparar a elite para o ensino superior”.

O Ensino Secundário em Mato Grosso

Cabe ressaltar, inicialmente, que o primeiro Liceu público foi criado, em Mato Grosso em 3 de Dezembro de 1879, por meio da Lei nº 536, isto é, o Liceu Cuiabano, com a denominação de Lyceu de Línguas e Sciencias³, no Governo do Presidente João José Pedrosa (1878 – 1879). No entanto ele foi reorganizado em 4 de março de 1880, por meio do Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Província de Mato Grosso, sendo, de fato, edificado em 07 de março de 1880 já no Governo de Rufino Enéas Gustavo Galvão (1879 – 1881), Barão de Maracajú (PÓVOAS, 1983, p. 169).

O Art. 1º da referida Lei, assim afirmava: “Fica criado nesta Capital um Liceu de línguas e ciências, com o fim não só de habilitar professores para o magistério público primário, como os aspirantes às matriculas dos cursos superiores do Império” (LEI nº 536, 1879).

Já no período republicano foi proposto pelo governante do Estado de Mato Grosso, Antonio Correa da Costa (1895 - 1898) a reforma radical do ensino primário e secundário e “a 20 de junho de 1896, expede nôvo regulamento para a instrução pública do Estado, autorizado pela lei n. 152, de 16 de abril dêsse ano, na forma do Decreto nº 68” (MARCÍLIO, 1963, p.118). O Referido Decreto subsidiava estudantes pobres, mas no que diz respeito à co-educação primária, estabelecia que as instituições separassem os estudantes por gênero.

Vale ressaltar, que no final da década de 1910 apenas 2% da população do estado concluía o curso secundário. Quando se analisa por sexo, para cada indivíduo do sexo feminino, matriculado no ensino secundário, havia pelo menos dois do sexo masculino, ou seja, mais de 70% dos estudantes nesta região era constituída por homens (MATO GROSSO, Mensagem, 1919).

Na educação mato-grossense, em 1933, os números de evasão eram altíssimos, isto é, quase 90% dos estudantes do ensino secundário do Estado de Mato Grosso não terminavam este nível de ensino. (CORRÊA FILHO, s/p, p. 191).

³ Segundo o Regulamento de 13 de fevereiro (art. 8º) “O ensino público secundário será distribuído no Liceu desta Capital, criado pela Lei nº 2 de 5 de julho de 1848 e recomendado pelo § 11 da Lei de nº 15 de 4 de julho de 1873”. (SÁ e SIQUEIRA, 2000, p. 116).

Assim sendo, em Mato Grosso, Cuiabá era a única cidade alicerçada com a presença de uma instituição de ensino secundário, ou seja, o Liceu Cuiabano que até fins da década de 1920 parece ter instruído, também, os jovens do sul do estado, que tinham condições financeiras para estudar na capital. Como assinala Nagle (2001 p. 191):

A escassez de estabelecimentos define, é certo, o caráter altamente seletivo do ensino secundário. Há a considerar, porém, que ao fator quantitativo - decorrente da própria política adotada pelo Estado - somam-se outros na determinação da pequena fração de jovens com oportunidades de estudos secundários. À base do secundário, padrões econômico-sociais, pedagógicos e político-administrativos contribuem para que as escolas secundárias - públicas e particulares - além de reduzidas em número, sejam instituições pagas e, mais do que isto, caras.

O Ensino Secundário em Campo Grande: Ginásio Osvaldo Cruz (1927 – 1940)

Campo Grande, nas primeiras décadas da República, cresceu impulsionada pela expansão das redes ferroviária e rodoviária que facilitaram a entrada de grande número de imigrantes e comerciantes nacionais (árabes, japoneses, espanhóis, portugueses e italianos), além de comerciantes e fazendeiros de todo o Brasil, principalmente após a inauguração da estrada de ferro em 1914⁴, quando a cidade já contava com cerca de 1.800 habitantes, transformando a cidade, de fato, no centro comercial da região, desencadeando um processo de modernização e de aumento populacional da região sul do estado.

No setor econômico, Campo Grande intensificou a produção de cereais (arroz, feijão, milho, farinha, açúcar, mel, banhas, etc.), quer dizer, “De 1910 a 1918 a produção de cereais aumentou dez vezes. A tendência é promissora, para uma agricultura intensa, de modo a prover as necessidades do Estado” (GOMES, 2004, p. 45), isso porque, os proprietários de terras que se dedicavam no Sul de Mato Grosso à criação de gado e os fazendeiros paulistas que plantavam café, precisavam importar produtos alimentícios.

⁴ “A construção da Noroeste exerceu decisiva influência no progresso de Campo Grande, a ponto de podermos dividir sua história em dois períodos: pré e pós-estrada. Do mesmo modo que fatores diversos lentamente haviam determinado a formação do vilarejo de 1909, a partir dessa época, o fluxo de trabalhadores de todas as nacionalidades, e depois os aventureiros e especuladores de todas as castas, imprimiram à vida local, novo e acelerado ritmo. Circunscrito, aqui, se locou tão de pronto, pela facilidade do tráfego. Brasileiros de todos os Estados, notadamente nortistas; gregos, italianos, portugueses e japoneses, irmanados pelo ideal do lucro e embora em alguns também medrasse o sentimento de pátria, assistiram no dia 28-5-1914 a chegada a esta vila da primeira locomotiva, vinda de Aquidauana. (JORNAL O PROGRESSISTA, 12 de dezembro de 1940, p. 1, 2 e 6).

Na década de 1920 o desenvolvimento de Campo Grande ocorreu em um ritmo acelerado, sendo que em 1922 o número de casas aumentou de 200 para 950 em relação a 1915, bem como de 2.000 habitantes para 8.200. Segundo Gomes (2004, p. 80):

Contam-se hoje [1922] mais de cem casas comerciais, quatro farmácias, oito hotéis, quatro padarias, 58 automóveis e 325 veículos diversos.

A cidade tem rede telefônica, que se estende aos subúrbios, e iluminação elétrica, devendo por todos este ano ser instalada grande usina hidrelétrica, com uma reserva de 40 hp para as indústrias.

Este ano ainda inaugurará o seu mercado, o abastecimento de água potável na zona urbana e começara o serviço de esgotos.

No período compreendido entre 1924 e 1926, assumiu, pela segunda vez a intendência de Campo Grande, Arnaldo Figueiredo, que sancionou a autorização dos vereadores, no que diz respeito ao calçamento das ruas de Campo Grande no ano de 1925. Como o abastecimento de água era ainda muito restrito foi autorizada a construção de chafarizes com distribuição gratuita de água. No ano seguinte foi construído em um terreno doado pela municipalidade o Rádio Clube, que em contrapartida à doação manteve no local uma biblioteca pública. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005).

Para o exercício do cargo de intendente de 1927 a 1929 foi eleito Jonas Corrêa da Costa, sendo instalado no seu governo municipal o relógio público. No seu governo, foi ainda criado o Departamento de Saúde Municipal, estabelecida a numeração das casas, bem como o melhoramento da energia elétrica, água e ampliação referente ao calçamento das ruas. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 2005).

Neste contexto, no que se refere ao ensino secundário, diante da ausência de ginásios públicos, foi criado, por iniciativa de particulares, o Instituto Osvaldo Cruz, em março de 1927 pelos professores Henrique Corrêa e João Batista, no mesmo local onde funcionou o Instituto Rui Barbosa (JORNAL DO COMÉRCIO, 1940).

Assim como outras instituições, o Instituto Osvaldo Cruz⁵ foi instalado, inicialmente, em prédio alugado:

⁵ Em 5 de agosto de 1872 nasceu Osvaldo Gonçalves Cruz em São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo. Osvaldo Cruz entra na Faculdade de Medicina, formando-se aos 20 anos de idade. Deixa o Brasil para estudar na França em 1896, mais especificamente no Instituto Pasteur. Regressa ao Brasil em 1899 e assume a direção técnica do Instituto de Manguinhos (Instituto Soroterápico Nacional). Quatro anos depois toma posse como diretor da Saúde Pública, formando uma equipe sanitária que irá erradicar as doenças que dizimam a população brasileira, por exemplo: febre amarela, varíola e peste bubônica. No ano 1917 com apenas 45 anos, morre Osvaldo Cruz em Petrópolis, Rio de Janeiro.

Muitas escolas foram implantadas em edifícios alugados, cuja finalidade primeira era sempre educar e não construir e essa prática se repete até os dias de hoje. Um bom exemplo disso é o Colégio Osvaldo Cruz que ocupou o prédio de um antigo armazém de secos e molhados ou ainda do prédio da primeira Faculdade de Campo Grande, a de Odontologia, na Rua Cândido Mariano (ARRUDA, 2006, p. 109).

Sendo assim o grande galpão foi adaptado com instalações mais adequadas para alojar a nova instituição de ensino. Em 15 de março de 1927 iniciaram-se as atividades com características de internato⁶, porém foi em fevereiro de 1929 que o seu primeiro dono e diretor, o professor Henrique Corrêa solicitou a inspeção do estabelecimento com a intenção de obter reconhecimento oficial. Diante disso, realizaram-se os primeiros exames de admissão, sob a fiscalização do Inspetor Federal Dr. Jaime Ferreira de Vasconcelos (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, Relatório, 1939, p. 1).

O corpo docente deste estabelecimento na década de 1930 era considerado um grupo bem estruturado para a época, sendo que sua maioria era formada por profissionais liberais da área jurídica ou da saúde, para se ter idéia dos 14 professores, três eram advogados (um era também militar, tenente), três médicos (dois eram também militares, tenentes), três engenheiros, um farmacêutico e um militar (major). Os três restantes não tinham formação superior (JORNAL FOLHA DA SERRA, 1934, s/p.).

No ano de 1934, já com a denominação de Ginásio Osvaldo Cruz, foi administrado pela Associação de Professores do Ensino Secundário de Campo Grande, sendo vendido, em 1934, ao professor Enzo Ciantelli, como é elucidado no Relatório de 1939.

Em 1933, o estabelecimento passou a pertencer a um sindicato de professores do curso secundário, permanecendo assim dirigido até Setembro de 1934, quando foi adquirido pelo seu atual proprietário, Prof. Enzo Ciantelli, que a êle incorporou o 'Colégio Visconde de Taunay', por êle próprio fundado e que mantinha curso primário e comercial sob Inspeção Federal (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, Relatório, 1939, p. 1).

O Ginásio Osvaldo Cruz foi reformado em 1937, ainda na gestão de Enzo Ciantelli, com o intuito de substituir mobiliários, como camas, armários, chuveiros, bem como para realçar a pinturas a óleo e impermeabilizar as paredes, no período da

⁶ Sobre os Internatos, Souza (2008, p. 124) afirma: “Num tempo em que a maior parte da população residia no campo, o internato consistia numa estratégia segura para a educação das elites, fosse para educação feminina ou masculina”.

inspeção preliminar (1932), no sentido de ampliar e melhorar o atendimento, o que facilitaria ao Ministério da Educação conceder a inspeção permanente⁷ ao curso ginásial (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, Relatório, 1939).

Sendo assim, foi elaborado um Relatório em 1939, com o objetivo de apresentar, minuciosamente, as reformas e adaptações feitas no Instituto Osvaldo Cruz pelo então diretor senhor Enzo Ciantelli, ao Ministério da Educação.

Ainda, em 1939, a instituição atendia nos três turnos e oferecia o ensino primário, ginásio e comercial, sendo matriculados, no período matutino, no qual se ofereciam o curso ginásial e o comercial, 230 alunos, sendo 160 do sexo masculino e 70 do feminino. No turno vespertino, por sua vez, eram oferecidos os cursos primário e comercial, somavam-se 244 alunos, sendo 164 homens e 80 mulheres. No período que correspondia ao noturno, o número de alunos era bem menor, sendo mínima a presença de mulheres, isto é, neste período a Instituição atendia no ensino comercial, um total de 27 alunos, sendo 24 do sexo masculino e três do feminino.

Em 1939, também, o Instituto Osvaldo Cruz atendia estudantes de ambos os sexos, no entanto, o regime de internato era permitido apenas para os meninos, sobrando apenas à opção do externato para o público feminino. O Relatório de 1939 destaca que este estabelecimento formaria a sua sétima turma e que vários alunos formados neste estabelecimento estavam alcançando bons resultados nas academias de todo o país. (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, Relatório, 1939, p. 2).

No primeiro ano da década 1940, o Ginásio foi comprado e dirigido em sociedade pelos senhores José Fontanillas Fragelli e Wilson Barbosa Martins, antes de ser comprado, nos meses finais de 1942, pelo professor Luís Alexandre.

Eu comprei com o Dr. Wilson. Nós compramos do Sr. Enzo Ciantelli, um grande educador que tinha em Campo Grande e ficamos três anos e meio, me parece. Aí veio a Guerra e o Dr. Wilson foi ser soldado e durante uns tempos eu fiquei sozinho lá. Nas folgas ele aparecia e assim fomo ficando até que vendemos o Colégio (FRAGELLI *apud* ROSA SÁ, 1990).

Já na direção de Luís Alexandre, para que o curso ginásial do estabelecimento Osvaldo Cruz fosse beneficiado pela inspeção permanente, o Ministério da Educação e Saúde, por meio do Departamento Nacional de Educação (Divisão de Educação Física), endereçou um ofício em 12 de março de 1943, ao diretor do Ginásio

⁷ Era o reconhecimento oficial para efeito de expedir certificados de habilitação. (BRASIL, 1932, s/p, Art. 50).

Oswaldo Cruz solicitando, em complemento ao relatório de 1939, que fosse enviado para a Divisão de Educação Física fotografias dos seguintes itens:

I – Chuveiros – Individuais para a secção feminina na proporção mínima de 1 para 20 alunas, de acordo com a capacidade de matrícula prevista.

II – Vestiários – Vestiário para a secção feminina com capacidade mínima de para 1/10 do limite de matrícula. (BRASIL, Ofício 0447, 1943).

Ainda em 1943, o inspetor responsável pelo Oswaldo Cruz recebeu outro ofício do Ministério da Educação e Saúde, mais especificamente, da Divisão de Ensino Secundário em 14 de outubro, afirmando: “informo-vos que o processo de inspeção permanente só poderá voltar ao C.N.E.⁸ com a conveniente documentação fotográfica das instalações acrescidas, além da discriminação do número de bidets.” (BRASIL, Ofício, 1943).

Em 1944, na gestão de Luis Alexandre o curso ginásial, depois de cumprir as determinações do Ministério da Educação e Saúde recebeu a inspeção permanente pelo Decreto Federal 14.708 de 8 de fevereiro de 1944, ou seja: “Art. 1. É concedido reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio Oswaldo Cruz, com sede em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.” (BRASIL, Decreto 14.708, 1944).

Além disso, no ano de 1948, ainda na gestão de Alexandre Luís, foi requerido por intermédio do senador Vespasiano Martins, a elevação do Ginásio Oswaldo Cruz para Colégio, isto é, somente os Colégios poderiam oferecer os dois ciclos do secundário (clássico e científico). (BRASIL, 1942, p. 21, Arts 2º,3º e 4º). Sendo assim, segundo o Decreto Federal nº 26. 402 de 24 de fevereiro de 1949:

Art. 1.º O Ginásio Oswaldo Cruz, com sede em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, fica autorizado a funcionar como colégio.

Art. 2.º A denominação do estabelecimento de ensino secundário de que trata o artigo anterior passa a ser Colégio Oswaldo Cruz.

Art. 3.º O reconhecimento, que pelo presente decreto é concedido ao Colégio Oswaldo Cruz, considera-se-á quanto aos seus cursos clássico e científico, sob regime de inspeção preliminar. (BRASIL, 1949, p. 280 a 281).

Considerações Finais

Os ginásios foram desde sua implantação, instituições que tinham como intenção formar a classe dirigente que ingressaria no ensino superior, situação que permanece ao longo da Primeira República, na medida em que as camadas médias, no período,

⁸ Conselho Nacional de Educação.

formavam um contingente pouco atuante como força social, no sentido de pressionar por mudanças. Como assinala, mais uma vez, Nagle (2001, p. 203-204): “A predominância, nos meados da década de 1920, dos valores da sociedade agrário-comercial, que no plano da cultura sustentavam o bacharelismo e o empreguismo, continuava a pesar sobre a estrutura da escola secundária brasileira”.

No estado de Mato Grosso, a situação não era diferente da maioria dos estados do país que, via de regra, mantinha, apenas um ginásio – modelo nas capitais -, como foi o caso do Liceu Cuiabano, localizado na capital do estado.

No sul do estado, de modo específico, em Campo Grande, na falta do setor público, a iniciativa privada, assumiu, praticamente, no período, a responsabilidade de ministrar o ensino secundário, para atender a demanda proveniente das camadas médias.

No caso de Mato Grosso, nos anos entre 1910 a 1930, a formação no ensino secundário era para poucos, sendo que na década de 1910, os estudantes somavam apenas 2%, e 23 anos depois se registrava um aumento de apenas para 10%. Quando se observa o acesso do público feminino percebe-se que estes índices são ainda menores.

Pode-se afirmar que a iniciativa particular iniciou a instrução secundária em Campo Grande, bem como predominou por toda a Primeira República. O Ginásio Osvaldo Cruz, criado em 1927, no segundo semestre de 1933 e no primeiro de 1934, chegou a ser assumido pela Associação dos Professores do Ensino Secundário de Campo Grande, para evitar que esta instituição de ensino secundário fechasse as portas.

Verificou-se, também, que o corpo docente era formado por professores do sexo masculino, que provavelmente, devia fazer parte do grupo social de nível econômico mais elevado, pois a maioria dos professores do Ginásio Osvaldo Cruz tinha formação em advocacia, medicina, enfermagem, agronomia e engenharia.

Assim, o Colégio Osvaldo Cruz consolidou sua presença como uma das instituições pioneiras a oferecer o ensino secundário em Campo Grande, sul do Estado de Mato Grosso.

Referências

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Campo Grande**: arquitetura, urbanismo e memória. Campo Grande: UFMS, 2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Hist. e Geogr. Brasileiro, s/d.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar. **A Educação nas Constituintes Brasileira**: 1823 – 1988. São Paulo: Autores Associados, 1996, p. 69-107.

GINÁSIO OSVALDO CRUZ. **Relatório de novembro de 1939**. Campo Grande, 1939.

GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande em 1922**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004.

JORNAL DO COMMERCIO. **Ginásio Osvaldo Cruz e Curso Comercial Carlos de Carvalho**. Campo Grande, s/nº, 8 de novembro de 1940.

JORNAL FOLHA DA SERRA. **A educação em Campo Grande**. Campo Grande, s/nº, s/mês, 1934.

JORNAL O PROGRESSISTA. **Festividade das diplomadas do Colégio N. S. Auxiliadora**. Campo Grande, nº 658, ano IX, 8 de novembro de 1940.

MARCILIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2001.

PÓVOAS, Lenine C. **Cuiabá de Outrora**. Cuiabá: Editora Resenha, 1983.

ROSA SÁ, Maria da Glória. **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul: histórias de vida**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. (Orgs). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso**. São Paulo: Autores Associados, 2000

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Padro e RIBEIRO, Maria Luisa e NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: A escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

Documentos

BRASIL. **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acessado em: 28 de dezembro de 2008.

BRASIL. **Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1934**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acessado em: 28 de dezembro de 2008.

BRASIL. **Decreto de 2 de Dezembro de 1837**. Converte o Seminário de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro II, e outras disposições. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de abril de 2009.

BRASIL. **Decreto n. 16.782, de 13 de Janeiro de 1925**. Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 5 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Decreto n. 21.241 de 4 de Abril de 1932.** Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de março de 2009.

BRASIL. **Decreto n. 4.244 de 9 de Abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário.** Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 10 de março de 2009.

BRASIL. **Decreto n. 14.708 de 8 de fevereiro de 1944 da Divisão de Ensino Secundário.** Rio de Janeiro, DF, 1944.

BRASIL. **Decreto n. 26.402 de 24 de fevereiro de 1949.** Autoriza o Ginásio Oswaldo Cruz com sede em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso, a funcionar como colégio. Rio de Janeiro, DF, 1949.

BRASIL. **Ofício 0447 de 12 de março de 1943 da Divisão de Educação Física.** Rio de Janeiro, DF, 1943.

BRASIL. **Ofício E 1548 de 17 de setembro de 1943 do Diretor da Divisão do Ensino Comercial.** Rio de Janeiro, DF, 1943.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. **100 anos do Legislativo de Campo Grande (1905 a 2005).** Campo Grande: Gibim, 2005.

LEI nº 536: cria o Liceu Cuiabano na Província de Mato Grosso, de 3 de dezembro de 1879. In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (orgs). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso.** Campinas: Autores Associados, 2000.

MATO GROSSO, **Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dom Francisco de Aquino Corrêa à Assembléia Legislativa** em 7 de setembro de 1919, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 060 planilha, fotogr. 32, 34, 35 e 38. Cópia no Centro de Documentação Tekio Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande/MS, 2009.

REGULAMENTO da Instrução Pública da Província de Mato Grosso de 13 de fevereiro de 1878. In: SÁ, Nicanor Palhares e SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. (Orgs). **Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Império em Mato Grosso.** São Paulo: Autores Associados, 2000.